

## RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E RAÇA: UM DEBATE PARA A LUTA DE CLASSES NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

### *SOCIAL RELATIONS OF GENDER AND RACE: A DEBATE FOR CLASS STRUGGLE IN COUNTRYSIDE EDUCATION*

Carolina Orquiza Chermem<sup>1</sup>

#### RESUMO

A Educação do Campo tem como protagonista os trabalhadores do campo e suas organizações, com o objetivo de relacionar suas lutas sociais e pela terra a uma proposta de educação que corresponda a um projeto de sociedade que tem como base a transformação e a emancipação humana. Nesse contexto, é evidente as necessárias discussões teóricas em torno da luta de classes e dos modos de produção em disputa na garantia dos direitos dos sujeitos do campo. Contudo, neste mesmo cenário emergem as discussões de gênero e raça, pautadas nas práticas dos diferentes movimentos sociais de mulheres que denunciam a estrutura familiar patriarcal e racista historicamente verificada no campo brasileiro. A partir desta realidade, o objetivo do artigo é apresentar uma discussão teórica acerca da necessidade da interseção das categorias de classe, gênero e raça na licenciatura em Educação do Campo, com base na experiência da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Classe, Gênero, Raça.

#### ABSTRACT

*The Countryside Education has as its protagonist the rural workers and their organizations, with the aim of relating their social and land struggles to a proposal of education that corresponds to a project of society that is based on human transformation and emancipation. In this context, it is evident the necessary theoretical discussions about the class struggle and the modes of production in dispute in guaranteeing the rights of the subjects of the field. However, in this same scenario, the gender and race discussions emerge, based on the practices of the different social movements of women that denounce the historically verified patriarchal and racist family structure in the Brazilian countryside. From this reality, the objective of the article is to present a theoretical discussion about the necessity of the intersection of the categories of class, gender and race in the Countryside Education, based on the experience of the Federal University of Santa Catarina (UFSC).*

**Keywords:** Countryside Education, Class, Gender, Race.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/Brasil) pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Escola do Campo e Agroecologia (GECA) e membra da Rede Latino-Americana de Estudos e Pesquisas Marxistas em Educação do Campo.

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme descreve Molina (2006), a Educação do Campo corresponde à luta dos sujeitos do campo em garantir sua reprodução social de trabalho na terra num contexto de extrema desigualdade e concentração fundiária, como é o caso do Brasil. Entende-se por sujeitos do campo os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros povos que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010). Em especial destaca-se a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na constituição desta proposta educativa.

Ao mesmo tempo, a Educação do Campo refere-se à luta pelo direito social à escolarização dos povos do campo e aos conhecimentos científicos necessários para que sua existência social seja possível, contexto que justifica o surgimento das Licenciaturas em Educação do Campo como uma proposta de ação afirmativa dos sujeitos do campo nas Universidades Públicas brasileiras.

138

O eixo condutor de luta pela terra e educação desses sujeitos é luta de classes. Como explica Oliveira (2015, p. 5), a identidade histórica dos sujeitos da educação do campo refere-se “prioritariamente às suas identidades de sujeitos históricos como camponeses, como populações do campo, da classe trabalhadora, em uma perspectiva materialista da história”.

Ademais, faz-se necessário ressaltar que o projeto político capitalista para o campo brasileiro na atualidade remete-se ao agronegócio, em que a questão central da terra é organizada como propriedade privada concentrada na mão de grandes latifundiários, os quais exploram a terra pela monocultura de exportação, por meio de insumos químicos e não para alimentar a população. Na agroecologia, em contrapartida, busca-se compreender qual é a função social da terra, que comporta também a dimensão da vida em que a natureza é um bem comum, numa visão dialética entre campo e cidade. Nesta disputa de projetos para o campo localiza-se a luta de classes entre os grupos que dominam historicamente a terra para explorar o trabalho e os trabalhadores que a defendem para preservar a vida. Discussão esta

fundamental que não pode ser esvaziada nos projetos educativos da Educação do Campo.

Ampliando a complexidade da luta de classes, pesquisas recentes vêm afirmando que uma transformação efetiva da sociedade de classes, contra a opressão do capitalismo, prescinde também da luta anti-racista e feminista (CHERFEM, 2014; KERGOAT, 2012; PAULILO, 2016; SAFFIOTI, 2004). Os movimentos sociais do campo estão aos poucos ampliando o debate ideológico e teórico-prático da luta de classes associada às categorias de gênero e raça.

Ao longo dos anos as teóricas marxistas, feministas e anti-racistas vieram trabalhando para tornar o marxismo mais adequado às suas reivindicações, principalmente por meio dos conceitos de divisão sexual e racial do trabalho e pelo diálogo com teóricas latino-americanas que desde a década de 80 constroem este debate<sup>2</sup>.

Trata-se de uma dívida intelectual para compreender que no interior das classes existem dominações de gênero e raça que não podem mais ser apagadas. No caso específico da agroecologia, cabe sempre lembrar o papel das mulheres e dos indígenas e quilombolas em preservar a terra e conservar o saber capaz de preservar a vida na terra.

A fim de contribuir com este debate, o artigo apresenta, num primeiro momento, a base teórica que sustenta o debate da intersecção das categorias de classe, gênero e raça na educação do campo. Na segunda parte, apresenta a inclusão das temáticas de gênero e raça no curso da Universidade Federal de Santa Catarina e também em outros cursos de Licenciatura em Educação do Campo existentes no Brasil.

## **2 CLASSE, GÊNERO E RAÇA: HÁ UMA HIERARQUIA ENTRE ESSES CAMPOS TEÓRICOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO?**

A junção das categorias de classe, gênero e raça foi muito bem sistematizada no Brasil por Heleith Saffioti (2004), por meio do conceito de “nó de gênero”. A autora evidenciou em suas obras como “as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado” e racial

---

<sup>2</sup> Cabe lembrar que teóricas como Rosa Luxemburgo e Alexandra Kolontai relacionam as reflexões de sexo e sobre mulher ao socialismo desde o começo do século XX.

(SAFFIOTI, 2004, p. 115). Para Saffioti, essas três formas de dominação não estão necessariamente no nível do espaço doméstico e da casa, mas essas opressões orquestram a forma como é reproduzida a exploração de classe, pelo trabalho, e em outras esferas da sociedade. Deste modo, a autora evidenciou que a ordem das opressões na sociedade humana é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias/contradições que formam um nó do qual participam o gênero, a etnia/raça e a classe. Nas palavras da autora, “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (ibid.).

Nos Estados Unidos destacam-se nesta discussão as autoras e feministas negras Patrícia Hill Collins (2015) e Ângela Davis (1983) por meio do conceito de interseccionalidade, com ênfase para as conexões entre conhecimento, desigualdades e justiça social. Como afirma Collins (2015, p. 2), trata-se de compreender que os fenômenos sociais de classe, raça e gênero “se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas”. A autora destaca tanto a dimensão da dominação e da opressão presente nessas categorias, como também a dimensão da identidade coletiva e da luta política (COLLINS, 2015). Collins e Davis destacam, sobretudo, o modo como o gênero, a raça e a classe produzem conjuntamente as hierarquias que colocam as mulheres negras em posição de maior desvantagem.

Como expressam Biroli e Miguel (2015), tais autoras representantes do feminismo negro, embora não suprimam a classe como uma problemática, privilegiam o par gênero-raça, o que se evidencia no conceito de interseccionalidade ao relacionar metodológica e teoricamente esses dois entrelaçamentos.

Na França, por sua vez, Daniele Kergoat (2010, 2012) apresenta o conceito de consubstancialidade, que pode ser sintetizado pela coextensividade existente entre classe, raça e gênero, na tentativa de afirmar que as relações sociais não são compostas apenas pela classe, pela raça ou pelo gênero. Pelo contrário, essas três categorias se relacionam mutuamente na estrutura social e imprimem conteúdos concretos às relações sociais e ao mundo do trabalho.

Essas categorias, embora sejam separadas para a análise sociológica, compõem uma unidade de substância e atuam em conjunto nas relações sociais de dominação, estruturando as bases ideológicas e sociais ao mesmo tempo. Dessa forma, o gênero, ou a classe ou a raça não são somente unificadores, visto que "não existe contradição principal ou secundária" (KERGOAT, 2012, p. 112). As relações de classe, gênero e raça se "reproduzem e se coproduzem mutuamente" (id.).

O centro desses sistemas de dominação e exploração são as relações de produção, ou seja, o trabalho (produtivo e reprodutivo) e sua base material, na medida em que tal dominação é efetivada pela "apropriação do trabalho de um grupo social por outro" (KERGOAT, 2010, p.119). Essa compreensão constitui a base da opressão e exploração existente na estrutura social.

As três formas de tratar aqui o cruzamento das questões de classe, raça e gênero (nó de gênero, interseccionalidade e consubstancialidade), acabam variando o peso relativo que cada uma dessas categorias estabelecem. Contudo, como descrevem Biroli e Miguel (2015, p. 30) "ambas tem em comum o entendimento de que as opressões são múltiplas e complexas e não é possível compreender as desigualdades quando se analisa uma variável isoladamente".

Mas porque não abandonar as questões de classe, sobretudo na perspectiva marxista, em detrimento da raça e do gênero, se é verdade que o próprio Marx ignorou as ideias e a participação das mulheres que não estiveram presentes no manifesto do proletários; além de ter criticado o associacionismo das feministas socialistas (MATTHAEI, 2002), e de apresentar um ponto de vista branco europeu que excluiu a questão racial das análises da super-estrutura social? (MOORE, 2010).

Ao longo dos anos as teóricas marxistas, feministas e anti-racistas vieram trabalhando para tornar o marxismo mais adequado às suas reivindicações, principalmente por meio dos conceitos de divisão sexual e racial do trabalho e pelo diálogo com teóricas latino-americanas que desde a década de 80 constroem este debate.

Apesar da necessidade de atualização das teorias clássicas marxistas, que muitas vezes são incompatíveis com o feminismo e com o anti-racismo, o marxismo ainda não foi superado em alguns aspectos essenciais, a saber<sup>3</sup>:

1) Na teoria marxista a natureza humana é socialmente construída e as desigualdades são compreendidas como estruturais e não individuais, assim como para as análises de raça e de gênero;

2) A teoria marxista apresenta historicidade e reconhece que as práticas sociais mudam no tempo e no espaço, porém, tais mudanças “não ocorrem por acaso, mas como resultado das contradições internas de uma sociedade, especialmente das ações coletivas de grupos oprimidos em resistência à opressão” (MATTHAEI, 2002, p. 47);

3) Os conflitos de classe no capitalismo incluem a exploração e alienação dos trabalhadores, o que faz com que os meios de produção e a riqueza de uma nação estejam concentradas nas mãos de poucos grupos e corporações que controlam a sociedade. A classe trabalhadora, por sua vez, vende a sua maior riqueza, que é a sua força de trabalho, para que o capitalista produza mais-valia transformada em riqueza econômica. Cabe ressaltar que a desigualdade estrutural foi transferida para os trabalhadores, na medida em que alguns desfrutam do emprego estável, com bons salários e benefícios e outros labutam para sobreviver, o que coloca alguns em situação de privilégio gerando conflitos sociais transferidos para a classe trabalhadora. Essa lógica não foi superada e está na base das opressões de gênero e de raça;

4) O capital é soberano e não abre espaço para a democracia e atuação efetiva do Estado (que é um Estado burguês), das mulheres, dos sujeitos LGBT<sup>4</sup> e das lutas anti-racistas e étnicas. A satisfação das necessidades humanas, uma preocupação tradicionalmente feminina e feminista, não é o interesse básico do capital;

---

<sup>3</sup> Levanto aqui apenas alguns aspectos da teoria marxista que nos ajudam a compreender a sua atualidade. As reflexões feitas pautam-se nos textos de Matthaei (2002), Falquet (2014), Kergoat (2010), Saffioti (2004), Davis (2016) e no próprio Marx.

<sup>4</sup> A sigla LGBT será utilizada para designar o conjunto de sujeitos agrupados genericamente na categoria “diversidade sexual”, envolvendo a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais.

5) O marxismo, de modo geral e apesar de algumas distorções históricas, representa um compromisso com a democracia econômica e política, a justiça, a igualdade e a liberdade;

6) O conceito de classe é indispensável para compreender a complexidade de trabalhar o gênero e a raça. De um lado, para que as mulheres e a população negra possam ter controle de seu trabalho e não estejam sempre sujeitas à exploração, ao trabalho repentino, ao desemprego à feminização e racialização da pobreza. De outro, para que o privilégio de classe não seja utilizado pelos grupos que lutam contra a sua opressão;

7) Trata-se de uma teoria que acredita na revolução e na transformação social de modo amplo e justo.

Contudo, se por esses aspectos o marxismo não pode ser abandonado, de outro ele precisa ser revisado a partir das teorias feministas e anti-racistas, que reforçam a ideia de que as desigualdades não são naturais, mas construídas socialmente com base em relações de poder pautadas na supremacia branca, masculina e heterossexual<sup>5</sup>, supremacia esta bastante encontrada nos movimentos de esquerda e nas teorias científicas (CHERFEM, 2014).

Além disso, essa revisão<sup>6</sup> precisa modificar o próprio conceito de trabalho, compreendendo que o trabalho apresenta duas nuances, o trabalho produtivo e reprodutivo que sustenta a sociedade e que é em suma desenvolvido por mulheres, e em grande parte pelas mulheres negras. As análises a partir desta compreensão revelam que, historicamente, as principais vítimas do capitalismo e da opressão não são os homens brancos de uma classe trabalhadora universal, mas sim as mulheres pobres, mulheres negras, especialmente as mãe solteiras e seus filhos e filhas (MATTHAEI, 2002).

---

<sup>5</sup> Heterossexualidade é compreendida aqui não apenas como um conjunto de normas e de práticas sexuais, mas como um sistema político-ideológico das relações sociais de sexo, invisibilizadas e naturalizadas (FALQUET, 2014). Trata-se de uma ideologia e de uma crença universal de que existe uma suposta “diferença sexual” que fundamenta as sociedades (ibid. p. 257). Opta-se pelo termo utilizado e não por heteronormatividade por compreender que o cerne da questão não está nas normas, mas na estrutura social, portanto, a luta não é apenas pela questão identitária, mas contra as causas estruturais que mantêm a estrutura heterossexual: a divisão racial e sexual do trabalho.

<sup>6</sup> Em concordância com Falquet (2014) a atualização de que falamos passa também pelas lutas ecológicas (e da agroecologia) e antimilitarista, lutas que caminham na oposição à globalização neoliberal e são feministas e anti-racistas. As pessoas que são mortas pelas injustiças ambientais localizam-se no campo, bairros populares, são racializadas e muitas delas são mulheres.

Ressalta-se que a acumulação primitiva do capital se deu por meio da exploração, matança e deslocamento da população negra africana para o mundo inteiro, ou ainda de que as mulheres e os homens não são definidos apenas por uma base biológica, mas pela sua posição na organização do trabalho e pela lógica de exploração do trabalho de um grupo por outro (KERGOAT, 2010; FALQUET, 2014). As mulheres só foram incluídas no mercado de trabalho por uma necessidade do capitalismo, assim como a escravidão só acabou porque as lógicas do assalariamento passaram a ser mais rentável do que o tráfico negreiro.

Não se trata de elencar uma hierarquia entre essas categorias tentando afirmar qual delas é a mais importante, mas de evidenciar que elas estruturam a sociedade ao mesmo tempo (CHERFEM, 2014). Entende-se que se a classe, a raça e o gênero são estruturais, elas são próprias do modo de produção capitalista e coexistem nas relações sociais que conduziram a modernidade. Como expressam os movimentos sociais de mulheres do campo, “não há socialismo sem feminismo” e luta antirracista, assim como não há transformação das relações de sexo/gênero e raça no capitalismo.

Este debate se faz fundamental na compreensão de que o patriarcado, o machismo e o racismo são necessidades históricas da sociedade de classes, logo, essas categorias se relacionam mutuamente e apresentam especificidades para a luta de classes. Assim, o capitalismo mobiliza aspectos fundamentais que hierarquiza o masculino sobre o feminino, o branco sobre o negro, o trabalho e a exploração. Como descreve Jules Falquet (2014), independentemente da identidade de quem constrói o feminismo (e a luta anti-racista), trata-se de um projeto político de sociedade. Em outras palavras, não é possível esperar uma mudança radical na sociedade para atuar nas frentes feministas e anti-racistas, essas lutas são conjuntas e devem ser levadas a cabo de modo conjunto.

Como bem descrito por Ângela Davis (2016, p. 12),

[...] as organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que a classe é importante. É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

Esta discussão, embora não haja consenso e se apresente a partir de distintas perspectivas teóricas, vem ganhando cada vez mais espaço na atualidade. Considera-se que, ao invés de separar tais categorias numa tentativa de sobrepor a luta de classes às outras lutas sociais, é fundamental compreender que o feminismo, as lutas anti-racistas e os movimentos de esquerda da clássica luta de classes buscam, cada um a seu modo, construir uma prática social e uma ciência social que embasam ações de transformação da realidade. Nos últimos anos, as organizações anti-racistas e feministas têm sido cruciais para a organização da classe trabalhadora em todo o mundo.

Como afirma Falquet (2014), a luta feminista tem que ser anti-racista e anticapitalista ao mesmo tempo e não é pertinente “ficar só defendendo as mulheres ou a liberdade sexual individual, porque isso só vai gerar o aprofundamento do racismo e o aprofundamento da exploração de classe” (ibid., p. 261).

Em outras palavras, é preciso compreender que o feminismo e as lutas antirracistas são também luta de classes. Para tal, faz-se necessário adotar uma postura política frente a este debate, entendendo que a emancipação da classe trabalhadora parte também da emancipação das mulheres, dos sujeitos LGBT, da população negra e dos grupos étnicos. A transformação social radical depende necessariamente, entre outros aspectos, da coexistência entre as relações sociais de dominação de classe, raça/etnia e sexo/gênero, desafio este que move a militância e alimenta a pesquisa científica.

Esta discussão, embora não haja consenso e se apresente a partir de distintas perspectivas teóricas, vem ganhando cada vez mais espaço no contexto da educação do campo na atualidade, sobretudo por meio da organização das mulheres, dos sujeitos LGBT e da população negra no campo, além das teóricas da área que tem se dedicado a discutir essa relação nos diferentes grupos de trabalho e de pesquisas com viés materialista histórico dialético de interpretação da realidade.

### 3 O DEBATE DE GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Historicamente os debates no campo do feminismo e das lutas anti-racistas foram secundarizados em relação a uma noção de classe nas lutas dos movimentos sociais do campo, como se esses movimentos estivessem unidos na classe, mas os problemas como o racismo e o sexismo seriam resolvidos após a revolução (MOTA e PAULA, 2012).

Pouco a pouco o feminismo e o movimento negro vêm ganhando espaço nesses movimentos sociais do campo, sobretudo no MST e na Via Campesina, polemizando e trazendo reflexões para o conjunto dessas organizações (ibid.). Um exemplo disso é a construção do setor de gênero no MST, nos anos 2000, reafirmando as contribuições que as mulheres, os negros e os sujeitos LGBT trouxeram para a luta de classes<sup>7</sup>; além da construção de movimentos próprios de mulheres agricultoras como é o caso do MMA (Movimento de Mulheres Agricultoras), atual MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), bem como do fortalecimento do movimento quilombola e indígena que aos poucos vem se ampliando na relação com a educação do campo.

146

Conforme salienta Paulilo (2016), a categoria classe social, mais especificamente o trabalho, sempre foi relevante para o movimento feminista. Contudo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não garantiu sozinha as transformações almejadas pelas mulheres, o que as levaram a se organizar em movimentos próprios e específicos, e não apenas universais em nome da categoria classe social.

Os movimentos sociais das mulheres camponesas pautaram-se inicialmente na luta para que as esposas fossem consideradas produtoras rurais e não “do lar”. Ou seja, buscaram a valorização do trabalho da mulher que era invisibilizado no campo, não sendo consideradas como profissionais da agricultura. Nesse contexto, lutaram por pautas como direito a aposentadoria e salário e pelos mesmos direitos trabalhistas dos homens trabalhadores rurais.

Com o passar do tempo as mulheres tiveram que ampliar as suas reivindicações iniciais para o âmbito mais amplo da categoria de gênero, na medida em que, organizadas,

---

<sup>7</sup>Fala de Kelli Mafort em Seminário sobre a Construção da Pedagogia Socialista, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, no dia 25 de maio de 2017.

elas observaram que a opressão que sofriam estava pautada em toda a base do patriarcado no campo. Elas não possuíam, por exemplo, o acesso à terra, conquistado ou pelo casamento, ou pela herança. No primeiro caso, elas eram invisibilizadas como agricultoras, sem ter autonomia nas terras do marido; no segundo caso, acabavam vendendo suas terras para os irmãos ou dividindo-as com os maridos, o que novamente as levavam para o primeiro caso.

Deste modo, as mulheres camponesas passaram a questionar o próprio conceito de agricultura familiar: se a terra é da família trata-se de uma decisão a ser resolvida no âmbito privado da família; contudo, essa família é patriarcal, o que significa que é uma família que garante os direitos de dominação masculina. Logo, tratava-se de questões a serem resolvidas no amplo aspecto da estrutura social dominante masculina, questionada pelo conceito de gênero (PAULILO, 2016).

Nota-se que sem a organização específica das mulheres em torno da categoria de gênero essa noção de família invisibiliza a mulher, mantendo o direito à terra somente para os homens. A partir do conceito de gênero elas entenderam que os problemas pessoais que enfrentava eram na verdade sociais, e passaram a se organizar a partir desta mudança de perspectiva.

Com o passar do tempo as mulheres também passaram a ter outras reivindicações com base no gênero, tais como licença maternidade, creche no campo, direitos da mulher solteira no campo, dos sujeitos LGBT, debate sobre a questão da violência doméstica no campo, entre outras.

Contudo, a participação política das mulheres no campo ainda é um ponto a ser ampliado. Mota e Paula (2012, p. 75) revelam que as mulheres estão, sobretudo, vinculadas aos debates de saúde e educação nos movimentos sociais, pois, o ato de cuidar de crianças e doentes é considerado, pela sociedade em geral, como trabalhos femininos. Porém, elas encontram dificuldades para participarem de outras pautas essenciais, como organização da produção, análise de conjuntura social, espaços de decisões, etc. A dificuldade que as autoras apontam é na “perda de poder econômico e político dos homens, que, ao longo da história de nossa organicidade, detém o domínio em muitos setores e instâncias” (MOTA e PAULA, 2012, p. 75).

Em levantamento realizado em torno das produções científicas com as temáticas “gênero e educação do campo”, embora ainda em construção, verificou uma amplitude de discussões. De modo geral, as investigações apresentam as seguintes problemáticas:

a) Invisibilidade da mulher no campo. Este é um debate que se iniciou na sociologia rural na década de 80, mas que apresenta uma problemática que ainda não foi superada na prática. De modo geral, esta discussão denuncia que o trabalho da mulher no campo é invisibilizado, não sendo ela considerada como trabalhadora e produtora. Embora tenhamos muitos avanços nesta direção, os textos atuais demonstram como a invisibilidade da mulher ainda é uma questão a ser superada no campo brasileiro.

b) Divisão sexual do trabalho no campo e na agricultura familiar. Tal discussão também é relativamente antiga nos estudos da sociologia rural e evidencia a divisão hierárquica entre trabalho reprodutivo e produtivo no campo, sendo as mulheres vinculadas ao trabalho reprodutivo, sobretudo nas dimensões do cuidado e do trabalho doméstico. Os estudos apontam que esta divisão destitui a identidade de trabalhadora da mulher, na medida em as atividades desenvolvidas pela mulher na propriedade nem sempre são reconhecidas como trabalho. Essa destituição tira dela também o papel de sujeito político e delega para as mulheres funções específicas, impedindo-as de participar, por exemplo, da vida política dos movimentos sociais e espaços educativos e formativos de luta.

c) Violência contra a mulher no campo. Tal debate recente e ainda com pouca produção científica revela a persistente violência contra mulher, que é silenciada no contexto rural. Os estudos sobre a violência contra a mulher no campo em muito se assemelham aos estudos referentes à temática de modo geral, porém, destacam a dimensão do patriarcalismo de modo acentuando, o que acaba justificando a reprodução da violência em diversos níveis, do simbólico ao físico, do ideológico ao material.

d) Patriarcado e relações de opressão nos movimentos sociais do campo. Jules Falquet (2006) sintetiza este debate ao discutir essa questão em um artigo sobre as mulheres e os movimentos sociais e contribui com uma reflexão de extrema relevância: os movimentos sociais compreendidos como “progressistas” (lutas revolucionárias ou movimentos da luta

contra a globalização neoliberal) raramente refletem explicitamente sobre o tipo de modelos familiares sobre os quais se apoiam. Nas palavras da autora: “é surpreendente que um movimento que busca uma transformação social radical seja cego à exploração das mulheres e saia em defesa de um modelo familiar patriarcal” (FALQUET, 2006, p. 5). Segundo a autora, esses movimentos atacam de frente o sistema de exploração capitalista, mas não enfrentam a opressão sexista. Em pesquisa desenvolvida com diferentes movimentos sociais onde as lideranças são compostas majoritariamente por homens, entre eles os movimentos Zapatista e o MST, a autora revela que a discussão de gênero fica numa declaração de princípios e se limita à inclusão de mulheres em algumas atividades. Atividades essas que muitas vezes seguem o padrão da divisão sexual do trabalho. Para Falquet (2006), a sociologia dos movimentos sociais também não se debruçou sobre este paradoxo com devida relevância<sup>8</sup>.

e) Juventude, homossexualidade e gênero. De modo geral, os estudos apresentam a tendência à masculinização do campo, na medida em que as jovens querem deixar o campo por este se apresentar como um espaço opressor e um lugar em que as meninas e os sujeitos LGBT não conseguem se emancipar. Os principais motivos para isso são: as jovens são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado dos irmãos e irmãs pequenas; não podem ser sucessoras na posse da terra e não são escolhidas para administrar o trabalho agrícola e não são reconhecidas como agricultoras. Sobre a questão da homossexualidade, nota-se que ainda é um tabu no campo e nos movimentos sociais. Para muitos militantes a homossexualidade cria problemas para o Movimento, porque este reúne famílias camponesas, que em geral são bem tradicionais e a presença dos homossexuais “assumidos” incomoda. Este ainda é um tema para ser melhor pesquisado e desenvolvido na educação do campo (OLIVEIRA, 2015; MOTA e PAULA, 2012).

f) Valorização da participação das mulheres e empoderamento das mulheres do campo. No outro extremo dos pontos discutidos até o momento, foram encontrados trabalhos que destacam o processo de empoderamento feminino a partir das múltiplas situações vividas, dificuldades e transformações experienciadas. Destaca-se o papel da luta feminista no campo

---

<sup>8</sup> Cabe destacar que os movimentos sociais do campo estão cada vez mais ampliando o debate de gênero e sobre as mulheres em suas articulações. Contudo, a crítica feita pela autora continua sendo pertinente.

e do trabalho de base realizado pelas mulheres camponesas organizadas, o que gera maior participação das mulheres como sujeitos políticos do e no campo. É relevante também o debate atual do feminismo popular camponês realizado pelo setor de gênero do MST. Trata-se de popularizar a ideia de feminismo, possibilitando que as mulheres trabalhadoras rurais e da agricultura familiar possam se identificar com as lutas históricas feministas e ampliar a sua autonomia e participação em tarefas de coordenação, de liderança, ou em associações e trabalho cooperativo. Destacam-se neste tema os trabalhos que envolvem a economia solidária, gênero e o feminismo, ou ainda a junção entre agroecologia e feminismo.

g) Por fim, destaca-se o tema que relaciona gênero e educação. De um lado, as pesquisas evidenciam a grande participação das mulheres como estudantes dos cursos de Educação do Campo, o que merece valorização. Mas, de outro, problematizam sobre até que ponto o acesso à educação torna as mulheres mais críticas sobre sua condição de sujeito que tem direitos negados, como direito à terra, à saúde, à aposentadoria, ao salário–maternidade, à educação. Nota-se uma feminização dos espaços de luta e trabalho pela educação, na medida em que as mulheres ainda não se envolvem com as questões compreendidas como “prioridade da classe”, como a luta pela terra e as lideranças nos movimentos sociais, mas continuam sendo as mais identificadas com os temas ligados ao trabalho reprodutivo e de cuidado. Um exemplo disso é o fato de elas se destacarem nas lutas por acesso a educação e a saúde, como é o caso da construção de creches, escolas, políticas públicas para saúde reprodutiva. Como descreve Cunha (2016, p. 10), “a emancipação de todos é também uma luta das mulheres, enquanto a emancipação das mulheres, dentro da classe, é uma luta mais restrita às próprias mulheres”. Além disso, algumas pesquisas indicam que mesmo tendo aumentado o acesso à educação, as mulheres ainda são minoria nos cursos de Educação do Campo (GONÇALVEZ, *et al*, 2016, p. 1752).

No que tange a questão racial, Magalhães (2009) aponta que o debate principal na educação do campo é o de provar a importância das pautas raciais. O principal argumento utilizado contra a inclusão das lutas anti-racistas é o de que “o negro não está sendo expulso de sua terra porque são negros, mas, porque existe uma disputa pela terra advinda do agronegócio e da agricultura familiar” (*ibid.*, p. 31).

Segundo Magalhães (2009), existe uma forte tendência no âmbito do movimento da educação do campo de fortalecimento da classe social em detrimento da raça, como se os habitantes do campo se constituíssem num todo homogêneo e como se os negros não tivessem sido atores fundamentais nos processos de resistência no campo contra o escravismo e na construção da agricultura familiar. A autora defende que as lutas contra o racismo são fundamentais na busca de igualdade e de justiça social almejadas pelos movimentos sociais do campo, mas este debate não se apresenta como consenso.

Como afirma Magalhães (2009), o modo como hoje o campo brasileiro é pensado (como atraso) também está ligado às ideologias raciais que tentam negar a participação dos negros e negras afro-brasileiros e africanos que fizeram do campo um dos lugares de resistência frente ao sistema escravocrata, o que nem sempre é considerado com a complexidade que este fato deveria suscitar.

Parece haver um reconhecimento do sujeito indígena e do quilombola, mas não do sujeito negro na educação do campo, causando sua invisibilidade da luta de classes. Como descreve Magalhães (2009, p. 30), a aluna e “o aluno negro do campo, que também é estigmatizado, pode ter a sua identidade fragmentada”. Para a autora, de modo geral, as lutas do Movimento Negro são compreendidas como individualizadas, sem que faça parte de um todo social, o que acaba influenciando para que essas discussões não sejam realizadas nas escolas do campo:

Quando da realização do estudo exploratório, observei que os sujeitos envolvidos na educação do campo, sejam, lideranças, professores, sindicalistas, trabalhadores rurais, entre outros, em sua maioria, sempre quando se referiam à população negra existente no meio rural, delimitavam seu espaço como sendo apenas o quilombo. Esses mesmos sujeitos quando inquiridos, sobre a inclusão do negro nas escolas do meio rural, respondiam que em seu Município existia uma comunidade ou uma escola quilombola. Ao refletir sobre esses discursos surgiu a seguinte indagação: a população negra do campo só existe no quilombo? (MAGALHÃES, 2009, p. 34).

A conclusão da pesquisa da autora é a de que é possível que os movimentos sociais do campo e as licenciaturas em educação do campo tenham dificuldades de enxergar o racismo como categoria fundamental e estruturante de suas análises.

Nessa direção, compreende-se que unir classe, gênero e raça significa compreender a classe trabalhadora e os sujeitos do campo em suas múltiplas dimensões. Trata-se, portanto, de como qualificar e atualizar a luta de classes para o enfrentamento atual da educação do campo.

Não há questionamento de que a materialidade do modo de produção capitalista, a mais-valia, o lucro e a exploração do trabalho são categorias que determinam as relações sociais. Porém, é preciso salientar que o modo de produção econômico capitalista implica em especificidades para as opressões de gênero e de raça. As questões de gênero e raça, portanto, aparecem aqui como elementos fundamentais para perceber a reprodução de um modelo de opressão em que ambas as categorias se juntam à classe.

#### **4 O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFSC FRENTE A ESTE DEBATE**

Frente a perspectiva teórica apresentada, o curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina compreende que a intersecção entre classe, gênero e raça é de fundamental importância para a formação de professoras, professores e de agentes e militantes sociais que atuam no campo brasileiro. Deste modo, organiza em sua base curricular as seguintes disciplinas:

- **Aprofundamento Temático – Relações étnico-raciais:** diálogos entre a área de Ciências da Natureza e Matemática e temas contemporâneos. Reflexões e aprofundamento sobre as relações étnico-raciais que atravessam a educação no/do campo. Lutas e conquistas de direitos pela diversidade étnica e os movimentos sociais. Ciência e cultura afrobrasileira, africana e indígena. As imbricações dessa temática na produção do conhecimento escolar. As relações étnico-raciais e os materiais didáticos.

- **Aprofundamento Temático II – Gênero, corpo e sexualidade:** Diálogos entre a área de Ciências da Natureza e Matemática e temas contemporâneos – gênero, corpo e sexualidade. Reflexões e aprofundamento sobre essa temática que atravessam a educação no/do campo. Direitos das mulheres e os movimentos sociais de mulheres do campo. Gênero,

corpo e sexualidade. Relações de gênero e sexualidades e implicações na produção do conhecimento escolar. Corpo, gênero e sexualidade e materiais didáticos.

Além disso, destacam-se as ações de extensão realizadas com mulheres rurais, em diferentes âmbitos que relacionam trabalho produtivo na agricultura, agroecologia e as questões de gênero e classe; projeto de extensão sobre gênero e sexualidade desenvolvidos nas escolas do campo; discussões sobre as questões raciais inseridas no estágio dos estudantes, no âmbito da formação em biologia; projetos de extensão realizados em quilombos.

Sublinha-se ainda o aumento das produções acadêmicas dos trabalhos de conclusão de curso nesta perspectiva teórica, bem como no curso de especialização em educação e realidade brasileira realizado no departamento de educação do campo da UFSC. Nestes trabalhos, destacam-se os temas: gênero e sexualidade nas escolas do campo; violência contra a mulher no campo; sujeitos quilombolas e sua inserção nas escolas; mulheres negras; divisão sexual e racial do trabalho; cotas raciais nas universidades; etc. No âmbito da produção acadêmica cabe considerar ainda a organização de seminários e debates envolvendo as intersecções de classe, raça e gênero na educação do campo.

## **5 OUTRAS EXPERIÊNCIAS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Ao analisar os Projetos Políticos Pedagógicos de 26 cursos de Licenciatura em Educação do Campo disponíveis na internet, foi possível verificar que 10 universidades apresentam a formação, direta ou indiretamente, para as questões de gênero e sexualidade em seu componente curricular, são elas:

<b>Universidade</b>	<b>Disciplina Curricular</b>
Universidade Federal de Brasília (UNB)	Saúde, sexualidade e reprodução.
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Eixo sujeitos, cultura e identidade – direitos e cidadania. Especialização em diversidade, gênero e educação do campo.
Universidade Federal do Pampa	Gênero, sexualidade e educação.

Universidade Federal do Pará (UFP)	Saúde, Sexualidade e Reprodução.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Educação do Campo e diversidade.
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Saúde, Sexo e Reprodução.
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade.
Universidade Federal Rural do Semiárido	Estudos de Gênero, Raça e Etnia.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Saúde, Sexualidade e Reprodução.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Aprofundamento Temático: Relações de Gênero e sexualidade

Em relação à questão racial, foram encontradas 8 universidades que abordam direta ou indiretamente o tema das relações étnico-raciais em seus currículos:

Universidade	Disciplina Curricular
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Políticas educacionais e legislação da educação do campo e indígenas. - Antropologia das populações rurais e indígenas.
Universidade Federal do Pará (UFP)	História e Cultura Afro-Brasileira.
Universidade Federal de Roraima (UFR)	Estudos étnico-raciais.
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Arte, Cultura Popular e a Educação das Relações Étnico-raciais e Indígenas.
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade.
Universidade Federal Rural do Semiárido	Estudos de Gênero, Raça e Etnia.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	História e Cultura Afro-brasileira.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Aprofundamento Temático: Relações étnico-raciais

Nota-se, deste modo, que a Educação do Campo aos poucos vem constituindo um corpo de estudos e pesquisas que relacionam o gênero e a raça à educação e à luta de classes, contudo este processo ainda está em construção.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta primeira análise em torno da coextensividade das relações de gênero, raça e classe na Educação do Campo revelou que existe um caminho teórico-prático sendo construído nesta direção. De um lado, alguns avanços positivos foram encontrados no que tange a diversidade de temáticas de gênero estudadas na educação do campo, o reconhecimento dos sujeitos quilombolas e indígenas como sujeitos do campo, e a inclusão das dimensões de gênero, raça e etnia no currículo da formação de professoras e professores das licenciaturas em Educação do Campo. De outro lado, nota-se que os avanços no campo de gênero são maiores que no campo da raça.

Pode-se arriscar dizer que ainda não se construiu na educação do campo a compreensão de que as categorias de classe, raça e gênero se relacionam mutuamente na estrutura social e imprimem conteúdos concretos às relações sociais e ao mundo do trabalho no campo. Ou seja, a compreensão de que o patriarcado e o racismo estão na mesma estrutura da luta de classes que mantém as desigualdades no país, deixando ainda de visualizar a classe trabalhadora e os sujeitos do campo em suas múltiplas dimensões.

As experiências encontradas começaram a construir este caminho, mas ainda há muito a se fazer para que o campo não seja visto apenas como um lugar no modo de produção, mas também como espaço de construir um modo de ser na atualidade, o que engloba as lutas feministas e antirracistas nos embates necessários à transformação social.

Conforme explicitado ao longo do texto, não há um consenso na educação do campo, assim como na tradição materialista histórico dialética de compreensão da realidade, de que as categorias de classe, gênero e raça estruturam conjuntamente a realidade. Contudo, aos poucos as práticas sociais das mulheres e da população negra e indígena vêm ampliando este debate e ganhando cada vez mais espaço teórico e praticamente.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) compreende as diferentes perspectivas teóricas em que tal debate se acentua, mas entende que a intersecção entre classe, gênero e raça é fundamental para a formação de professoras e professores e de agentes sociais que tem o campo brasileiro como espaço de atuação política e educativa.

Em outras palavras, é preciso compreender que o feminismo e as lutas antirracistas são também luta de classes. Para tal, faz-se necessário adotar uma postura política frente a este debate, entendendo que a emancipação da classe trabalhadora parte também da emancipação das mulheres, dos sujeitos LGBT, da população negra e dos grupos étnicos. A transformação social radical depende necessariamente, entre outros aspectos, da coexistência entre as relações sociais de dominação de classe, raça/etnia e sexo/gênero, desafio este que, no meu caso, move a militância e alimenta a pesquisa científica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília: 2010a. BRASIL.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Mediações, Londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, 2015.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade de Gênero, Classe e Raça no Trabalho Coletivo/Associativo**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality's definitional dilemmas**. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

CUNHA, H.S. **A feminização da luta por escolas do campo. Uma questão de gênero e classe**. *Entrelaçando*, n. 10, ano V, 2016.

DAVIS, Angela. **Women, race, and class**. New York: Vintage Books, 1983.

FALQUET, Jules. **Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.212-225, set. 2006.

FALQUET, Jules. **Os atuais desafios para o feminismo materialista**. Entrevista. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7984>. Acesso em 5 de março de 2018.

GOMES, Clara Suzane Silva. **Educação no campo e as questões étnico-raciais: um desafio no cotidiano escolar**. 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1408/377>. Acesso em 7 de maio de 2017.

GONÇALVES, Micheli Suellen Neves, et al. **Gênero e constituição da mulher camponesa: um estudo das produções acadêmicas sobre gênero na formação proposta pela educação superior do campo no Brasil de 2011 a 2015**. Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR, 2016. Disponível em [http://www.ppe.uem.br/xxivuniversita/s/anais/trabalhos/e\\_7/7-014.pdf](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversita/s/anais/trabalhos/e_7/7-014.pdf). Acesso em 12 de maio de 2017.

KERGOAT, Daniele. Dynamique et consubstantialité des rapport sociaux. In DORLIN, Elsa. **Sexe, Race, Classe. Pour une épistémologie de la domination**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

KERGOAT, Daniele. **Se battre, disent-elles...** Paris: La Dispute, 2012.

MAGALHÃES, Leila de Lima. **O campo tem cor? presença/ausência do negro no currículo da educação do campo no Pará**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. 2009.

MATTHAEI, Julie. Porque os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas-marxistas-antiracistas. In FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Economia Feminista**. São Paulo: SOF - Sempre Viva Organização Feminista, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa. Questões para Reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOORE, Carlos. **O marxismo e a questão racial. Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.

MOTA, Maria Eleusa da; PAULA, Maysa do Carmo de. **A questão de gênero no MST e a educação do campo**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 70-82, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Esteves de. **Gênero e Educação do Campo: a importância do debate e espaços possíveis**. Revista InterAtividade, Andradina, SP, v.3, n.2, 2º sem. 2015.

PAULILO, Maria Ignês. **Mulheres Rurais. Quatro décadas de diálogos**. Editora UFSC: Florianópolis, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

---

Submetido em: 14/09/2018

Aprovado em: 01/01/2019